



**Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento**

**Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

**Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOT-SEPEH)**



### **Francisco Pereira de Bulhões Carvalho**

Nasceu em 1º de fevereiro de 1904, na cidade do Rio de Janeiro. Teve por pais João Evangelhista Sayão de Bulhões Carvalho e Eugênia Lima de Bulhões Carvalho.

No começo de sua trajetória profissional, exerceu o cargo de promotor público no antigo Estado do Rio de Janeiro, atuando nas comarcas de Cantagalo e Barra Mansa, nos anos de 1935 e 1936.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal por decreto de 1º de fevereiro de 1937, que determinou sua nomeação para o cargo de juiz da 6ª Pretoria Criminal, tomando posse dois dias depois. Em 15 de maio de 1939, foi



**Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento**

**Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

**Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOM-SEPEH)**

transferido, a pedido, para a 6ª Pretoria Cível, onde permaneceu até ser nomeado, em 5 de março do ano seguinte, juiz de direito da 14ª Vara Cível.

Por decreto de 15 de junho de 1951, ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, mediante promoção por merecimento, tomando posse no dia 21 do mesmo mês e ano. Nesta Corte de Justiça, veio a ser eleito, em 29 de dezembro de 1958, vice-presidente para o biênio 1959-1960. Com a transferência da Capital da República para Brasília, em 1960, passou a integrar o Tribunal de Justiça da nova unidade federativa, o Estado da Guanabara.

Presidiu ainda o Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara em 1962, e passou a integrar a Comissão da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, a partir de 1967.

Escritor prolífico, relevante contribuição deu à doutrina jurídica e mesmo a outras áreas do saber, destacando-se as seguintes obras: “Aplicação e interpretação da lei penal: estudos e decisões”; “Incapacidade civil e restrição de direitos”; “Proteção aos fracos”; “Estrutura e evolução do universo”, abordando temas ligados à Astronomia, Física e Biologia; “Reforma agrária”; “Infância abandonada”; “Ineficácia do ato jurídico e a reforma do Código Civil”; “Sistemas de nulidades dos atos jurídicos”; “Falhas do anteprojeto do Código Civil”; “Reforma do Código de Menores”; “Vinte teses sobre a assistência ao menor e ao incapacitado”; e “Direito do Menor”. Além disso, escreveu inúmeros artigos jurídicos, publicados em revistas especializadas e no jornal carioca “Correio da Manhã”.

No dia 6 de dezembro de 1974, quando o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara realizou a sua última sessão plenária no antigo Palácio da Rua Dom Manuel, na cidade do Rio de Janeiro, o ilustre magistrado foi homenageado com a inauguração de seu busto em bronze, que até hoje



**Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento**

**Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

**Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOT-SEPEH)**

permanece neste prédio histórico, sob a responsabilidade do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Aposentado em 1974, Bulhões Carvalho veio a falecer em fevereiro de 1984.

### **Fontes consultadas**

Adverte o presidente do TRE da Guanabara: “abstenção justificaria atos de força e violência contra a estrutura política”. *O Fluminense*, Niterói, 21 de dezembro de 1962, p. 8.

Atos e Despachos do Presidente da República. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1951, p. 4.

Livro de assentamentos funcionais. Livro de Registro nº 2 – SEATA. Ficha 42. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Livro de Compromisso de Juízes de Direito, Pretores e Suplentes de Pretores (1925-1941). Livro de Registro nº 2 – SEATA. Fls. 91v, 130 e 152.

Livro de registro de termos de posse de desembargadores, vice-presidentes e presidentes de câmaras da Corte de Apelação do Distrito Federal ao Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. Livro de Registro nº 650 – SEATA. Fl. 104v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Livro de registro de termos de posse de vice-presidentes (1930-1973). Livro de Registro nº 82 – SEATA. Fl. 18. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Na Corte de Apelação do Estado do Rio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1935, p. 10.

TRE diz que plebiscito é decisivo para destinos do País. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1962, 1º Caderno, p. 4.